

Carga tributária no setor elétrico deve chegar a 51,58% em 2006
Maior estudo já feito sobre o tema mostra que crescimento dos impostos e encargos no próximo ano será de 19%, se comparado a 2005

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, de Brasília, Negócios

01/09/2005

A pressão exercida pela carga tributária no setor de energia elétrica deve atingir em 2006 um nível histórico. Pela primeira vez, o montante arrecadado pelas empresas com pagamento de impostos e encargos setoriais representará mais da metade da receita operacional bruta das concessionárias. Em valores, a perspectiva traçada para o próximo ano é de R\$ 45,8 bilhões destinados aos impostos e encargos, contra uma receita total prevista de R\$ 88,8 bilhões. Em dados percentuais, a previsão é que a soma tributária alcance 51,58% em 2006, o que representará um salto de 19% frente à carga estimada para 2005, que será de 43,28%.

A projeção foi divulgada nesta quinta-feira, 1º de setembro, durante audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal. O estudo foi preparado pela consultoria Pricewaterhouse Coopers, a pedido das 13 principais associações do setor elétrico (ABCE, Abdib, Abiape, Abrace, Abraceel, Abradee, Abrage, Abragef, Abraget, Abrate, Apine, APMPE e **CBIEE**), mais Amcham e Fiesp. O trabalho mostra, pela primeira vez, o raio X tributário de todo o setor elétrico com as três fases da cadeia produtiva - geração, transmissão e distribuição. Foram analisadas 49 empresas, que representam 75% do faturamento bruto setorial, ou R\$ 75 bilhões.

O cenário tem como base um levantamento da evolução tributária nos últimos três anos, e daí faz as perspectivas para 2005 e 2006. O trabalho identifica como grande responsável pelo crescimento de 19% da carga no setor a aplicação das novas regras de cobrança do ICMS e a criação de uma nova contribuição social, que dará lugar a atual cobrança patronal destinada ao INSS. No caso do ICMS, a previsão é que a alíquota média cobrada dos consumidores salte dos 20,47% previstos neste ano para 25,18% em 2006. Isto em função da unificação das alíquotas estaduais em 25%, já aprovada na reforma tributária e em regulamentação.

No caso da contribuição social, o estudo adota como premissa de análise para o ano que vem a taxa sobre faturamento, atualmente em vigor através de dispositivo constitucional. O impacto, segundo a PwC, recairá sobre as maiores empresas do setor, cuja base de incidência em função do custo de mão-de-obra é proporcionalmente menor que a média de outros setores da economia. No total, os encargos trabalhistas deverão saltar de 1,79%, no projetado de 2005, para 4,87%, estimado para o período de janeiro a dezembro de 2006. No caso dos encargos setoriais, o peso previsto para 2005 e 2006 é de, respectivamente, 10,36% e 10,83%.

Entre os encargos, as maiores variações estimadas entre este e o próximo ano estão concentradas na CCC, que deverá passar de 3,82% para 4,31%; na CDE, de 2,07% para 2,54%; e na RGR, de 1,29% para 1,52%. Em contrapartida, a PwC projeta uma queda no Encargo de Capacidade Emergencial (o seguro-apagão) de 1,74% para 0,99%, em função do término dos contratos de aluguel entre o governo e as usinas contratadas durante o racionamento de 2001. O aumento de 19% na carga tributária total da cadeia setorial é o maior dos últimos dois anos. Em 2003, a pressão sobre os consumidores chegou a 42,24%, e em 2004, a 44,76%.

Reflexo - O estudo foi apresentado por **Claudio Sales**, presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica** - entidade que coordenou o levantamento. Segundo o executivo, apesar de na média geral o crescimento projetado seja de 19%, o impacto negativo da carga futura será ainda maior para consumidores residenciais, que pagam por uma tarifa mais alta se comparada a das indústrias. Segundo ele, a adoção da alíquota única de ICMS de 25% - contra uma média atual de 21% - pesará mais fortemente sobre os estados que têm renda média e alíquotas menores. No Maranhão, por exemplo, o aumento previsto no ICMS é de 16%.

Segundo Sales, o crescente aumento da carga tributária sobre a cadeia de energia elétrica já reflete diretamente nos níveis de consumo de energia do país - considerado um dos mais baixos entre as nações emergentes. Além disso, a tendência é que os investimentos por parte das empresas do setor sejam retraídos, na medida em que o mercado não apresenta perspectivas de crescimento. "Se o mercado não cresce, a rentabilidade dos investidores fica colocada em xeque. E num ambiente de atrasos de projetos importantes, enfrentar o obstáculo da carga tributária é um implicador a mais para que os investimentos ocorram", avaliou o executivo.

Os parlamentares se mostraram preocupados com o quadro atual e futuro para o setor. Segundo o senador e ex-ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), uma das alternativas de brevar o aumento apontado pelo trabalho está em incorporar alguns pleitos dos agentes no texto da Medida Provisória 252 (a MP do Bem), que tramita no Senado. O mais factível e urgente deles, na visão do senador, trata da manutenção da isenção de PIS/Cofins para o carvão e o gás natural utilizados para geração de energia em usinas termelétricas. Para Tourinho, as térmicas a carvão podem ser um instrumento de contenção de uma possível crise de energia em 2009.